

CIES e-Working Paper N.º 163/2013

Movimentos sociais: concetualizações e materializações

André Pereira

André Pereira licenciado em Sociologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, frequenta atualmente o Mestrado em Sociologia na mesma instituição. No âmbito da licenciatura desenvolveu trabalho nas áreas de educação, classes sociais e questões de género, nomeadamente ao nível das suas repercussões nas desigualdades sociais.

Resumo

Desde o início da presente década assistimos a uma nova vaga internacional de mobilizações sociais alargadas, reveladoras de uma crise de legitimidade política e denunciadoras das incapacidades de resposta às crises económicas, sociais e laborais. No caso português este ciclo iniciou-se com o protesto Geração à Rasca e alicerçou-se com o coletivo Que se Lixe a Troika, vinculando uma transição estrutural com os movimentos alter-globalização, originando um novo modelo de protestos massificados, classificados como *novíssimos movimentos sociais*. Este ensaio procura explicitar os alicerces destas mobilizações, tendo como base as identidades e as metodologias que as potenciaram e os mecanismos que permitiram a sua demarcação dos padrões caracterizadores dos movimentos sociais clássico-hegemónicos, a partir de uma interpretação do seu significado sociológico.

Palavras-chave: Redes sociais, movimentos sociais, ciclo de ação coletiva, austeridade, trabalho, Internet, globalização e identidades.

Abstract

Since the beginning of this decade, we have witnessed a new wave of ample international mobilisations, revealing a crisis of political legitimacy and highlighting the inabilities of response to economic, social and employment crises. In the Portuguese case, this cycle began with the Geração à Rasca protest and consolidated with the Que se Lixe a Troika collective, binding a structural transition with the alter-globalization movements and giving rise to a new model of mass protests, classified as new social movements. This essay attempts to explain the foundations of these mobilizations based on the identities and methodologies that potentiated them and the mechanisms that allowed its demarcation of patterns characteristic of the classic-hegemonic social movements, from a sociological interpretation of its meaning.

Keywords: Social networks, social movements and cycles of collective action, austerity, work, internet, globalization and identities.

Notas de abertura

Os protestos sociais pós-2008 evidenciaram que a cidadania potencialmente ativa ultrapassa os limites das formas hegemónicas de organização nas sociedades contemporâneas, compostas por partidos, sindicatos, coletivos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG). Este novo ciclo aparenta assumir uma personalidade fundacional, desenvolvendo uma marca identitária e um modelo cultural diferenciado. Um dos alicerces centrais desta diferenciação é a apropriação de novos modelos de comunicação alargada, centrados na Internet e nas redes sociais, potenciadores da construção, partilha e vivência alargada de experiências de coletivos, e de redes informais de comunicação internacionais que tendem a inspirar e contaminar os movimentos sociais globais, convergindo num novo modelo hegemónico, consumado a partir de uma comunidade globalizada em rede.

Os movimentos sociais à escala global são fundados por motivações e modalidades de ação distintas, porém existem elementos comuns aos seus manifestos e discursos que potenciam a sua articulação e confluência. Este elemento assumiu-se como central na base programática dos protestos gerais de trabalhadores em que, na lógica sindical, se articulam os diversos sindicatos e grupos de trabalhadores, no sentido de um protesto comum que valide uma crítica geral ao sistema de gestão ou regulamentação institucional das políticas laborais, num binómio entre as reivindicações sectoriais e as reivindicações gerais.

A reestruturação das lógicas reivindicativas associadas à massificação do acesso aos meios de comunicação digital potenciaram a institucionalização dos novíssimos movimentos sociais que, associados ao princípio de articulação entre as novas e velhas militâncias, culminaram em alguns dos maiores movimentos sociais, tanto nacionais como transnacionais.

De acordo com a proposta teórica de Robinson (2005), estes movimentos são direcionados maioritariamente aos instrumentos institucionais de gestão e regulação económica, política e social, sendo catalisados sobretudo por jovens qualificados e politizados, inseridos em redes alargadas de comunicação, em alguns casos também

com ativistas internacionais¹, e procuram reformar o debate político-ideológico em moldes dinâmicos, rompendo com os alicerces de ação institucional, personalizadores dos movimentos de contestação normativos. Esta transformação resulta da incorporação da diversidade de expressão nos protestos, da criação de núcleos e coletivos autogeridos e mobilizados em torno de causas próprias que integram e originam os protestos alargados. Os movimentos sociais agregados ao Que se Lixe a Troika e a outros movimentos sociais pós-2008 têm sido a expressão desta tese, com a incorporação das marés, coletivos de auditoria cidadã à dívida, passando por coletivos de precários inflexíveis e movimentos de feministas e LGBT, num modelo que sustenta que os movimentos sociais se ramificaram e complexificaram a sua base teórica através de grupos de intervenção direcionados para contextos e temáticas específicas, conforme demonstra Hughes (2011).

Partindo de uma análise estrutural dos movimentos sociais ao longo das últimas quatro décadas, neste ensaio pretendo analisar o papel das redes sociais e dos meios de comunicação alargados na transformação das lógicas de estruturação e conceptualização dos movimentos sociais, bem como a sua articulação dicotómica com diferentes grupos de agentes sociais, para traçar uma trajetória de envolvimento múltiplo entre novas e velhas militâncias, potenciadoras de novos modelos alargados de organização e de comunicação.

Contextualização temática

Os movimentos sociais de contestação têm sido um dos alicerces centrais de relação entre as elites transnacionais e as classes “subordinadas” nacionais (Gramsci, 1972), perante o modelo hegemónico² presente ao longo da história contemporânea. A construção de uma plataforma crítica ocorre em torno de um modelo económico, político ou ideológico (Robinson, 2005), materializado e idealizado pelos movimentos classistas (históricos), nomeadamente após a tomada de consciência de pertença, encarregando-se a produção histórica de desenvolver condições objetivas e subjetivas para a reprodução dos movimentos revolucionários (Marx, 1845). Congruentemente,

¹ O culminar da articulação entre novas e velhas militâncias e ainda a relação entre plataformas nacionais e internacionais de ativistas ocorreu com uma Greve Geral Internacional, no dia 14 de Novembro de 2012, articulada entre todos os países sob resgate financeiro da Troika.

² Ver Gramsci (1972); o conceito de hegemonia teorizado pelo autor centra-se na capacidade da classe dominante, através do capital cultural, de dominar o proletariado, nomeadamente a partir dos sistemas educacionais e da gestão das instituições religiosas como via para assegurar a hierarquia social.

o conceito de movimento social surge nos processos não institucionalizados dos grupos que os desencadeiam, que vão desde as lutas políticas às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais (Worth, 2009).

Os movimentos sociais foram identificados como mobilizações em massa que visam apossar-se do poder de um estado antagónico (Paterson, 2009), que estabelecem as metas dos ativistas e agentes sociais na substituição de um modelo de poder estatal por outro, direcionado para um fim distinto, mas através de metodologias semelhantes. Esta nova forma de poder central não elimina a existência de uma sociedade hierárquica mas transforma os seus processos de modo a preservar a diversidade social e cultural, bem como a identidade sociogeográfica de uma população.

Revisitando os movimentos alter-globais

A manifestação de Seattle (1999)³ representa, historicamente, um marco mediático para os movimentos de alter-globalização, embora a génese deste processo seja o primeiro Encontro pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, ocorrido na cidade de Chiapas, no México. Aí, reuniram-se cerca de 3000 representantes de movimentos sociais que reforçaram a importância das novas tecnologias de informação para o desenvolvimento de métodos de resistência contra a globalização neoliberal.

O movimento zapatista é uma referência fundamental para a compreensão dos movimentos alter-globalização pois, embora reivindique a necessidade de emancipação local, a sua aplicabilidade é global, dirigindo a sua mensagem para todos os agentes que se encontram social e culturalmente oprimidos pelos processos de hegemonia global. Estes movimentos alter-globais foram os principais atores contra-hegemónicos, por oposição à hegemonia transnacional do FMI, da OMC e do Banco Mundial, uma vez que parecem ter sido capazes de expor as contradições do

³ Este protesto ocorreu entre Novembro e Dezembro de 1999, reunindo 50000 ativistas contra a Organização Mundial do Comércio, sob o lema “o mundo não é uma mercadoria”.

“senso comum” neoliberal (Paterson, 2009), nomeadamente após a instituição do poder neoliberal⁴, personificado por Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

A ponte entre Chiapas e Seattle ocorre através do AMI (extenso)⁵, sendo este um momento chave para o alargamento dos movimentos de contestação ao modelo transnacional. Ao longo do ano de 1998, o número de ONG que se opuseram à aplicação do AMI foi crescendo e a sua difusão ocorreu maioritariamente através da Internet, o que assinalou um marco fundamental de ligação com os novíssimos movimentos de contestação.

Como consequência de uma extensa divulgação social, Seattle tornou-se o mais importante momento de contestação do movimento alter-globalização e originou o primeiro espaço internacional de encontro da sociedade civil⁶, que ocorreu em Porto Alegre, no Brasil, sob o lema “Um outro mundo é possível”. Este fórum assinalou um momento central pois, ao tornar-se institucional, eliminou um dos paradigmas para o aparecimento de uma classe de contestação (Gramsci, 1972).⁷

Com a criação deste fórum, assiste-se à “institucionalização dos movimentos sociais com a meta de promover os seus objetivos, com o recurso aos locais mais tradicionais do poder, seja no poder estatal ou supraestatal” (Tilly, 2004: 156).

Este fórum torna-se o expoente máximo de encontro de diversidade social e cultural, o que se revelaria fundamental para o desenvolvimento de um sistema contra-hegemónico global, por se assumir como um espaço de (inter)ação, sustentado por um processo descentralizado, permitindo a confluência de movimentos sociais com metas diferentes.

A cronologia dos movimentos de contestação ficaria novamente marcada após a realização deste fórum com a manifestação ocorrida em Génova (2011), embora o seu carácter violento (associado maioritariamente ao movimento Black Bloc⁸) tenha

⁴ Surge o conceito de globalização destinado a caracterizar um “projeto ideológico de integração de todo o mundo num sistema único de mercado baseado na lógica de economia capitalista e na alta circulação de bens, informações, produtos e pessoas. Segundo esta concepção ideologizada de globalização, o livre mercado resultaria no desenvolvimento económico de todos os países e na ampla difusão das inovações tecnológicas, que aumentariam a qualidade de vida dos seres humanos” (Isabella Gonçalves Miranda e Fábio André Diniz Merladet, 2012: 10).

⁵ Acordo Multilateral sobre os Investimentos, proposto pela OCDE (1998).

⁶ Fórum Social Mundial (FSM), integrado por 112 membros internacionais, entre eles a Oxfam, o Le Monde Diplomatique ou a Fundação Ford. Este fórum foi o primeiro momento de reunião de instituições e organizações não governamentais críticas do modelo capitalista/imperialista.

⁷ De acordo com Gramsci, o “transformismo” é uma simbiose política, através do qual a classe dominante, a classe burguesa, incorpora e assimila os intelectuais das classes subalternas, tornando quase impossível o surgimento de um grupo revolucionário organizado o suficiente para se tornar hegemónico.

⁸ O movimento Black Bloc caracteriza-se por considerar que a forma de oposição mais eficiente à hegemonia capitalista é o conflito violento.

sido fortemente condenado no pós-11 de setembro.⁹ Este acontecimento serviu de plataforma para um novo modelo de contestação social, desenvolvido durante o segundo FSM: o posicionamento crítico face à questão bélica, assumindo uma posição pacifista, contra a hegemonia político-militar dos Estados Unidos. O FSM viria a atingir o seu ponto mais alto aquando da eleição do presidente brasileiro Luís Ignácio da Silva, que transmitiu uma mensagem de globalização solidária e pacifista mundial. Posteriormente, o FSM assumiu um carácter sobretudo informativo, designando-se como sociedade civil não governamental.

O surgimento dos Novíssimos Movimentos de Contestação

Os Novíssimos Movimentos Sociais surgem após a eleição de George W. Bush e a invasão militar ao Iraque, caracterizados maioritariamente por uma posição antiguerra. Este processo revela algumas semelhanças com os movimentos de alter-globalização, cuja origem foi o movimento antiguerra do Vietname¹⁰, que precipitou uma crise no sistema hegemónico transnacional, na época suplantado pela condição de superpotência norte-americana. Gramsci, seguindo Marx e antecipando Bourdieu¹¹, reconheceu este contexto de crise como uma condição necessária para desfazer a doxa que é talvez a característica mais saliente da bem-enraizada hegemonia¹² (Bourdieu, 1992). Na formulação de Gramsci, a crise orgânica é um elemento fundamental na criação de um novo modelo hegemónico. Neste tipo de crise, as estruturas e práticas que constituem e reproduzem uma ordem hegemónica caem num desuso crónico e visível, surgindo espaço para a criação de um novo terreno de disputa política e cultural, bem como a possibilidade (mas apenas a possibilidade) de transformação social (Carrol, 2010). Os movimentos sociais transnacionais assumiram uma vertente global com o aparecimento da crise norte-americana, em 2008, e a sua expansão à Europa, criando divisões dentro da própria classe hegemónica, o que causou uma crise de legitimação e autoridade ao modelo neoliberal vigente (Robinson, 2005). Os novos movimentos sociais enquadram-se num contexto de austeridade, o que potencia a crise da classe hegemónica e a sua fratura, nomeadamente ao nível do *status* social,

⁹ Com o espoletar da aliança mundial contra o terrorismo, revelou-se fundamental eliminar o carácter violento das manifestações de rua, com o risco de serem associadas a movimentos extremistas.

¹⁰ Caracterizado por uma clara divisão ideológica da população norte-americana, deu origem à geração *hippie* e aos movimentos pacifistas em defesa dos direitos humanos.

¹¹ Bourdieu sugere a Teoria da Reprodução como o método de sustentação de uma determinada norma social, assegurada pelas suas instituições centrais (escola, família e trabalho), bem como a partir do conceito de *habitus*. Marx explica-o através do materialismo dialético, culminando no socialismo científico.

¹² A opinião pública positiva é a principal característica para a manutenção de um modelo hegemónico, precisamente pela aceitação dos princípios reguladores do mesmo serem alvo de aceitação social.

conduzindo à reestruturação social através do confronto com a ciência e a cultura, quebrando o paradigma do transformismo e desmistificando a “crise da razão” – elemento fundamental do *status* social apreendido (Horkheimer, 1974), fundamental para a hierarquização de classe.

O aumento da austeridade sobre a classe trabalhadora fundou um novo campo de disputa, direcionado para as agências de controlo e análise financeira (FMI, BCE, Moody's, Standard and Poor's e Fitch), o que retirou consenso público à classe dominante. Consequentemente, se a classe dominante perdeu o consenso, deixou de ser líder (enquanto modelo transversalmente aceite e ao qual se reconhece soberania para esse fim), sendo apenas “dominante” com a aplicação de força coerciva; isso significa, precisamente, que as grandes massas rompem com as suas ideologias tradicionais, fragilizando a “hegemonia enquanto forma social de dominação que não é exercida por Estados mas por classes sociais que operam através do Estado e de instituições a ele ligadas” (Robinson, 2005: 3).

A crise consiste precisamente no facto de que o antigo morre e o novo pode nascer; neste interregno reproduz-se uma grande variedade de sistemas de transição (Carroll, 1971: 275-6). Consequentemente, os movimentos sociais confluem para que as instituições desenvolvam uma contra-hegemonia que albergue práticas que existam como uma alternativa para uma sociedade onde o domínio do capital é institucional. Para a classe dominante, este edifício de um "bloco hegemónico" tem de envolver a construção de pontes para outros movimentos e grupos sociais (Cox, 1993); movimentos como o Occupy Wall Street ou os Indignados são exemplos da construção desses mesmos processos, nomeadamente ao nível sociocomunitário, desenvolvendo características específicas que os associam a determinados acontecimentos.¹³ Os métodos de divulgação atingem a escala transnacional, nomeadamente devido à sua difusão nas redes sociais, um dos mais importantes mecanismos de reprodução e alargamento dos movimentos sociais.¹⁴ Estes movimentos aparentam ser compostos por jovens, oriundos de classes médias, familiarizados com os contextos em que atuam. Um dos aspetos centrais de diferenciação entre os novíssimos movimentos de contestação e os movimentos alter-globalização prende-se com a construção do objeto alvo; se nos últimos o processo

¹³ Os membros do movimento Anonymous utilizam uma máscara igual, de forma a demonstrarem unidade. Eventos como a Primavera Global ou os Indignados criam slogans que passam a ser a sua caracterização; por exemplo, “nós somos os 99%”, em consequência do 1% que detém 99% da riqueza global, o que transnacionaliza os movimentos sociais em torno de uma causa comum.

¹⁴ O Facebook permitiu organizar eventos como o 12M, o 15 de Outubro ou a Greve Geral 14N.

partia de um alvo internacional¹⁵ para uma contestação nacional, os novíssimos movimentos de contestação seguem uma metodologia oposta, partindo de uma base nacional para uma plataforma de contestação transnacional (Della Porta, 2012: 274), aproximando-se do modelo da teoria Gramsciana, que defende que a disputa da hegemonia deve ter origem nacional e daí difundir-se para uma conquista internacional (McNally, 2009).

Novíssimos movimentos sociais, configurações e estruturas

Apelidados, desde 2008, de novíssimos movimentos sociais, os protestos alargados inseridos neste período cronológico pautaram a sua configuração por uma transformação central: a relação estabelecida com os padrões institucionalizados de militâncias. A estrutura dos movimentos abandonou o princípio sindical em detrimento de uma plataforma de composição inicial reduzida e heterogénea, sedimentada em torno de um modelo ideológico ou político produzido a partir de uma proposta teórica (habitualmente clássica), sustentadora dos princípios que configuram o movimento.

Contrariamente ao modelo histórico de estruturação de protestos, os novos movimentos sociais materializam a sua relação com as massas através da comunicação alargada, nomeadamente nas redes sociais, que, atendendo ao elevado espectro de concentração de indivíduos, viabiliza um espaço de transmissão alargada, e mediática de propostas e da consequente absorção viral do projeto que as sustenta. Este enquadramento é um elemento central na conceptualização dos novíssimos movimentos sociais, nomeadamente ao nível da multidimensionalidade, característica particularmente notória na estrutura do protesto de 2 de março de 2013¹⁶, constituído por setores estruturados com base em subprotestos diferenciados, que culminaram numa penalização do agregado sectorial às políticas económicas e financeiras do executivo. Esta tese é creditada por João Camargo (2013: 136), ao referir que “uma novidade importante em relação a protestos anteriores foi o aparecimento de ‘marés’, similar ao que ocorria em Espanha, em que vários setores se juntavam em protesto, reivindicando as suas próprias questões mas fundindo-as num protesto comum”.

¹⁵Os principais eixos de incidência são os direitos globais e o ataque aos agentes internacionais do capital (OMC, BCE, FMI, agências de ratings e Banco Mundial).

¹⁶O protesto do dia 2 de Março de 2013, organizado pelo coletivo Que Se Lixe a Troika, foi constituído por marés, entre elas a Maré da Educação, Maré dos Reformados, e Maré da Saúde.

Este novo modelo de estruturação dos movimentos sociais atingiu a sua forma plena com o protesto do dia 13 de Outubro de 2012, conceptualizado a partir do posicionamento das políticas públicas relativamente ao papel e ao financiamento da cultura. Este modelo aproxima-se da proposta teórica de Bourdieu (1984), que relaciona a construção dos movimentos sociais a perfis diferenciados de desigualdades, legitimados a partir dos processos de massificação, em consequência de uma apropriação dos manifestos por parte da população, num modelo mais personalizado. A articulação das diferentes estruturas materializou-se num movimento confluyente que se massificou através de divulgações informais, conseguidas maioritariamente no plano virtual.

Consequentemente, as redes sociais posicionaram-se como o elemento central da massificação das propostas ideológicas e políticas, e também como catalisadoras da sua materialização no contexto físico. Não obstante, estas mobilizações agregaram, dos seus participantes, um desejo de experimentação física da democracia institucionalizada, nomeadamente com a absorção de práticas assembleárias isentas de hierarquização, questionando os princípios de configuração das estruturas políticas e partidárias institucionais. Assim, o que os novos movimentos sociais nos devolvem é uma relação dinâmica entre o binómio das políticas de base e dos princípios da democracia, articulados estruturalmente nos processos de construção e de gestão dos movimentos sociais estruturados e institucionalizados, centrados numa base de disputa entre o modelo institucional padronizado e as práticas “insurgentes e disruptivas” propostas pelos atores contra-hegemónicos que as materializam. Abrem-se, assim, as portas para um novo capítulo na disputa da relação de forças entre os modelos clássicos e os novos movimentos sociais na construção da democracia, sob a égide de que os valores pós-materialistas e as questões identitárias estão, desde as décadas de 1960/1970, no núcleo dos novos modelos de mobilização social (Touraine, 1978). Este é um fator contribuinte para comprovar a tese de que os novos movimentos sociais incidem sobre o acréscimo das assimetrias na relação laboral, a redução da capacidade produtiva e o aumento das desigualdades (Reis, 2012: 33-34).

O papel das redes na configuração dos novíssimos movimentos sociais

No presente capítulo analisaremos os novíssimos movimentos sociais, articulados com o escrutínio do ensaio de Manuel Castells (2012) sobre os movimentos sociais na era da Internet. A análise do autor centra-se nos protestos da Tunísia, que procura caracterizar partindo de três fatores que analisarei, procurando desconstruir e articular cada um deles com o contexto que originou os protestos conhecidos como Primavera Árabe e, num último ponto, problematizar a sua inserção nos modelos atuais de protestos na Europa do Sul, a partir das semelhanças e diferenças nos espaços de ação e nas geografias sociais.

O primeiro fator identificado por Castells é a existência de uma juventude fortemente qualificada, inserida em contextos profissionais precarizados e caracterizada por uma elevadíssima taxa de desemprego, detentora dos métodos e conhecimentos necessários para disputar os espaços de poder num contexto diferenciado das redes institucionais de representação. O segundo fator é a existência de uma cultura de ciberativismo muito vinculada à população, que procurou estabelecer um espaço público virtual de análise crítica do regime que, pela sua inserção dinâmica num modelo subcultural, permitiu estabelecer um campo semiautónomo à influência e repressão do estado, por consequência do seu distanciamento dos espaços normativos e institucionalizados de protesto. O terceiro fator consiste numa difusão alargada do acesso à Internet e às redes sociais, tanto em contextos domésticos como em espaços públicos.

A articulação destes três fatores culmina numa forte cultura virtual, expressa maioritariamente em blogues e fóruns de discussão política, ciberativismo, redes sociais e redes informais de contágio, que se tornou particularmente importante por conseguir garantir a transição da comunicação para o contexto físico urbano, tornando-se viral pela sua capacidade dinâmica de mobilização assente num público híbrido. A carga viral deste processo foi tão elevada que, durante os protestos ocorridos no Egito em 2010, foi bloqueado o acesso à Internet como forma de amenizar a adesão da população aos movimentos sociais de contestação.

A Primavera Árabe, nomeadamente nos protestos ocorridos na Tunísia e no Egito, tornou-se o grande impulsionador de um novo ciclo de protestos que se ramificaram por todo o mundo ocidental, nomeadamente em Portugal com a Geração

à Rasca, em Espanha com as Acampadas, nos Estados Unidos com o movimento Occupy, e na Grécia com os protestos na praça Sintagma que, na sua maioria, foram articulados com base em redes sociais e em divulgações articuladas com os demais movimentos temporalmente paralelos.¹⁷ Como demonstra Castells (2012), o espaço público híbrido formou-se com a articulação entre a ação nas redes sociais e a ocupação do espaço público físico das cidades, o que originou novas formas de mobilização, alicerçadas pelo contexto publicitário da Internet e pela introdução de mecanismos de mobilização política baseados em comunicação audiovisual que garantiram o acesso e o contacto com a transversalidade da população. Esta nova metodologia potenciou a existência de informação e comunicação em dois planos geográficos distintos; nacionalmente, a informação era difundida pelo confronto com o estado-nação e as políticas que visavam diretamente os cidadãos; e, num segundo plano, a informação era difundida *online* e absorvida no momento, de forma global.

Sucintamente, conforme explica Soeiro *et al.* (2012), ainda que de forma diferenciada, a Internet e os dispositivos de comunicação sem fios desempenharam, neste ciclo de lutas, um papel fundamental, não apenas como meios de comunicação mas como elementos que prefiguram as formas de organização, de deliberação e de participação políticas, dando lugar a novas práticas colaborativas, à reinvenção democrática e à abertura de novos horizontes políticos. Touraine (1978), por sua vez, recupera para o debate a interpretação dos novos movimentos sociais centrados nos valores pós-materialistas e nas questões identitárias, tese que os novíssimos movimentos sociais viriam a comprovar, nomeadamente na sua relação com emprego, trabalho e questões laborais como impulsionadoras de ação coletiva. Não obstante, os novíssimos movimentos sociais são os impulsionadores de uma ponte entre os valores materialistas, alicerçados na defesa do trabalho, da regulamentação laboral e dos salários dignos, e os valores pós-materialistas, sustentados pelo bem-estar económico e pela afluência das sociedades ocidentais.

Conclusões

As redes sociais e a comunicação sem fios tornaram-se num mecanismo de autocomunicação de massas, com a produção de uma mensagem autónoma por via de um emissor que a difunde através de redes de comunicação alicerçadas em redes

¹⁷ O primeiro protesto convocado *online* nos Estados Unidos foi uma ação convocada pelo movimento Occupy, em Julho de 2011, apelidada de “Are you ready for a Tahrir moment?”.

informais de contactos, sustentadas por uma convergência ideológica, que potencia a difusão massificada que, em vários exemplos relatados ao longo deste ensaio, se tornaram virais.

Não obstante, a tese de que as mobilizações se tornaram inorgânicas revela-se pouco coerente, precisamente porque as redes de comunicação virtuais permitiram que se organizassem protestos à margem das estruturas institucionais e tradicionais e auferiram aos coletivos a construção de espaços de debate autónomos; porém, com o adensamento dos movimentos, as estruturas políticas tenderam a apropriar na sua base os debates e os processos, articulando-os com uma agenda política concreta e ideologicamente definida em que o debate político se vê relegado para segundo plano. O único exemplo nos novíssimos movimentos sociais em Portugal em que tal não ocorreu foi o protesto Geração à Rasca, convocado *online* por um grupo de quatro elementos que, embora em momentos anteriores da sua vida se tenham inserido politicamente em juventudes partidárias, se encontravam desvinculados dos processos hegemónico-normativos de construção política institucional.

Enquadrado no debate sociológico da construção dos novos processos de mobilização social, Soeiro *et al* (2012) recupera a problemática das classes sociais para a construção dos processos político-interventivos:

“20 anos depois, é a crise e um regresso dos conflitos de classe que parecem ser as hipóteses mais credíveis, ainda que esse regresso não venha acompanhado, do ponto de vista das alternativas políticas, de um movimento que ponha em causa o capitalismo ao ponto de se vislumbrar que possamos sair dele. Se o otimismo liberal do início dos anos 90 quis anunciar o fim da história, hoje é evidente que as transformações do capitalismo não se traduziram, na prática, no fim da pobreza, no fim das desigualdades e sobretudo no fim das estruturas de classe como mecanismo estruturador da pobreza e das desigualdades. Pelo contrário, o nosso tempo parece ser do seu recrudescimento e a juventude é um segmento particularmente afetado por esses dois fenómenos. Que movimentos serão capazes de tomar a história nas suas mãos para a transformar não sabemos. Mas cabe à Sociologia, entre outras coisas, animar o debate dos conceitos e desenvolver os recursos analíticos que

permitam alimentar essa sempre renovada tarefa de, parafraseando Boltanski (2008), tornar a realidade inaceitável.”

Deixaremos assim à Sociologia o papel de interpretar as novas metodologias de construção social, os seus espaços de debate e as suas relações de força, impulsionadas por uma cultura virtual socialmente massificada, politizada e contra-hegemonicamente viral; alicerçada em culturas e subculturas jovens, politizadas e qualificadas, catalisadoras de processos globais destinados à reversão das relações de força classistas, ao debate público da esfera política e portador dos meios teórico-técnicos para a discussão alargada dos paradigmas económicos e financeiros nos caminhos para as novas democracias.

Bibliografia

- Bourdieu, P. (1992), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70.
- Bourdieu, P. (1984), *A Distinção: Uma Crítica Social à Faculdade do Juízo*, Lisboa, Edições 70.
- Camargo, J. (2013), *Que se Lixe a Troika!*, Porto, Deriva Editores.
- Campbell, C. (1996), *Social Situationism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Carrol, W. (2010), "Crisis, movements, counter-hegemony: in search of the new", *Interface: a journal for and about social movements*, 2 (2), pp. 168-198.
- Castells, M. (2012), *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Era*, Cambridge, Polity Press.
- Gramsci, A. (1971), *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, Nova Iorque, International Publishers.
- Gramsci, A. (1972), *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci: Philosophy of Praxis*, Nova Iorque, International Publishers.
- Horkheimer, M. (1974), *Teoria Crítica*, Buenos Aires, Amorrortu Ed.
- Marx, K. (1989), *Teses de Feuerbach*, Lisboa, Antígona Ed.
- McCarthy, J. D. e M. N. Zald (1977), "Resource mobilization and social movements: a partial theory", *American Journal of Sociology*, 82 (6), pp. 1212-1241.
- Miranda, I. e F. Merladet (2012), "Uma apresentação crítica dos conceitos de globalização hegemônica e contra-hegemônica à luz das novas manifestações populares internacionais", *Primeiros Estudos São Paulo* (3), pp. 7-24.
- Soeiro, J., R. Ferreira e J. Mineiro (2012), "Juventude, precaridade e desigualdades: as classes contra o fim da história: uma reflexão a partir do contexto Europeu", *Revista Angolana de Sociologia*, pp. 77-90
- Morris, A. (1984), *The Origins of the Civil Rights Movement*, Nova Iorque, Free Press.
- Porta, D. (2012), "Mobilizing against the crisis, mobilizing for another democracy: comparing two global waves of protest", *Interface: a journal for and about social movements*, 4 (1), pp. 274-277.
- Paterson, B. (2009), "Transformism at the world trade organization", em M. Macnailly e J. Schwarzmanted (org.), *Gramsci and Global Politics: Hegemony and Resistance*, Londres, Routledge, pp. 42-57.
- Reis, J. (2012), "Austeridade", em *Dicionário da Crise e das Alternativas*, Coimbra, Almedina.
- Robinson, W. (2005), "Gramsci and globalisation: from nation-state to transnational hegemony", *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 8 (4), pp. 1-16.
- Touraine, A. (1977), *The Self-Reproduction of Society*, Chicago, University of Chicago Press.
- Touraine, A. (1980), *L'après Socialisme*, Paris, Seuil.
- Touraine, A. (1981), *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Touraine, A. (1985), "Social movements, revolution, and democracy", em R. Schurmann (org.), *The Public Realm: Essays on Discursive Types in Political Philosophy*, Buffalo, State University of New York Press, pp. 268-283.
- Touraine, A. (1992), "Beyond social movements", *Theory, Culture, and Society*, 9, pp. 125-145.
- Worth, O. (2009), "Beyond world order and transnational classes", em M. Macnailly e J. Schwarzmanted (org.), *Gramsci and Global Politics: Hegemony and Resistance*, Londres, Routledge, pp. 19-32.